

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

Às doze horas e trinta e três minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e dois, no **Plenário 13 de maio e Sistema de Deliberação Remota – SDR**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (**CCJR**), com a presença dos(as) seguintes deputados(as): Romeu Aldigueri (**presidiu a reunião**), Salmito, Juliocésar Filho, Elmano Freitas, Osmar Baquit e Augusta Brito. Constatando número regimental, o presidente declarou abertos os trabalhos e passou à leitura dos itens da pauta na seguinte ordem: **I – Leitura, discussão e leitura da Ata da reunião anterior**: nada constou; **II – Expediente**: nada constou; **III – Ordem do Dia**: a) nada constou; b) **Discussão e votação de proposições e pareceres sujeitos à aprovação do Plenário**: foram colocadas em discussão e votação as seguintes proposições e os respectivos pareceres: **1. Projeto de Lei Complementar n.º 15/2022, oriundo da Mensagem n.º 8.954, de autoria do Poder Executivo** – “Revoga as alíneas ‘f’, ‘g’ e ‘h’ do inciso I do caput, e o § 5.º, todos do art. 2.º da Lei Complementar Estadual n.º 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.” (**CCJR, CTASP, COFT**). Regime de urgência aprovado em 08/07/2022. Não houve pedido de vista. Designado relator pelo presidente, o Deputado Juliocésar Filho emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **2. Mensagem n.º 105/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.955, de autoria do Poder Executivo** – “Estabelece alíquotas do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), relativamente às operações e prestações que indica, e dá outras providências.” (**CCJR, CICTS, CTASP, COFT**). Regime de urgência aprovado em 08.07.2022. Não houve pedido de vista. Designado relator pelo presidente, o Deputado Juliocésar Filho emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Francypaula Carolino Barbosa França \_\_\_\_\_, secretária da comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, Deputado Romeu Aldigueri \_\_\_\_\_, e pelos demais deputados presentes.

Deputado Salmito \_\_\_\_\_

Deputado Juliocésar Filho \_\_\_\_\_

Deputado Elmano Freitas \_\_\_\_\_

Deputado Osmar Baquit \_\_\_\_\_

Deputada Augusta Brito \_\_\_\_\_